

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO IPEA/PROCIN Nº 001/2021 - CONCESSÃO DE BOLSA

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, que desenvolve pesquisas e fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e avaliação de políticas e programas de desenvolvimento, INFORMA os interessados do processo de seleção a bolsa Especialista Sênior, nos termos das Portarias IPEA nº 339 de 12/08/2010 e 345 de 18/08/2010 e suas alterações.

1. OBJETO

O presente Processo Seletivo Simplificado tem por objetivo selecionar um pesquisador estrangeiro com interesse em desenvolver atividades no Projeto de Pesquisa: **“O que informa as políticas públicas federais: o uso e o não uso de evidências pela burocracia federal brasileira”**.

2. OBJETIVO

Colaborar no desenvolvimento de atividades de pesquisa sobre o tema das políticas públicas baseadas em evidências dentro do projeto supramencionado, a fim de integrar o IPEA e seus pesquisadores de forma continuada no debate internacional sobre a temática.

3. QUANTIDADE E DURAÇÃO DA BOLSA

Será concedida 01 (uma) bolsa com duração de 04 (quatro) meses, podendo ser renovada.

4. REQUISITOS DO CANDIDATO

- 4.1. Ser pesquisador estrangeiro oriundo de país com o qual o Brasil possua acordo de cooperação internacional;
- 4.2. Conhecimentos avançados sobre os temas: a) políticas públicas baseadas em evidências; b) estudos do desenvolvimento; d) medicina baseada em evidência;
- 4.3. Ter atuação efetiva no exterior, não possuindo visto permanente no Brasil;
- 4.4. Titulação mínima de graduação.
- 4.5. Com experiência de atuação no mínimo 15 (quinze) anos.

5. IDENTIFICAÇÃO DO PESQUISADOR RECOMENDADO

Nome: Justin Parkhurst

Área de formação: Engenharia e Ciências Sociais

País de origem: Reino Unido

6. JUSTIFICATIVA DA RECOMENDAÇÃO DO CANDIDATO

O Dr. Justin Parkhurst, PhD em Sociologia e Política Social e MPhil in Development Studies da Universidade de Oxford, publicou trabalhos seminais sobre a análise e usos de evidências em políticas públicas. É Professor Associado de Política de Saúde Global na London School of Economics and Policy Science (LSE) Department of

Health Policy. É co-diretor do MSc em Política de Saúde, Planejamento, e Programa de Financiamento, e o atual Presidente em exercício da Iniciativa Global de Saúde da LSE. Liderou recentemente um programa de trabalho de 5 anos sobre "Getting Research into Policy in Health" (o programa GRIP-Health) financiado pelo Conselho Europeu de Investigação - que produziu uma série de resultados e publicações sobre a política e governança das evidências.

Para além da sua experiência acadêmica, o Prof. Parkhurst está empenhado em iniciativas internacionais para investigar e promover uma melhor utilização dos dados para a tomada de decisões. A experiência internacional do Prof. Parkhurst, tanto em estudos aplicados como teóricos, pode alargar o âmbito do projeto de investigação em questão e o diálogo dos seus resultados com os que são trabalhados pela academia internacional.

Algumas das suas principais publicações de interesse para o projeto são:

Parkhurst J (2017) The politics of evidence: from evidence-based policy to the good governance of evidence. Routledge Studies in Governance and Public Policy. <https://doi.org/10.4324/9781315675008>

Parkhurst J, Ghilardi L, Webster J et al. 2020. Understanding evidence use from a programmatic perspective: conceptual development and empirical insights from national malaria control programmes. Evidence & Policy: A Journal of Research, Debate and Practice. DOI: 10.1332/174426420X15967828803210.

Parkhurst, Justin O. 2016. "Appeals to Evidence for the Resolution of Wicked Problems: The Origins and Mechanisms of Evidential Bias." Policy Sciences 49 (4): 373–393. doi:10.1007/s11077-016-9263-z.

Parkhurst J, Ettelt S, Hawkins B. 2018. Evidence Use in Health Policy Making: An International Public Policy Perspective. Cham: Palgrave Macmillan.

Walls, H., Liverani, M., Chheng, K., & Parkhurst, J. (2017). The many meanings of evidence: a comparative analysis of the forms and roles of evidence within three health policy processes in Cambodia. Health research policy and systems, 15(1), 95. <https://doi.org/10.1186/s12961-017-0260-2>

Para além da sua experiência acadêmica, o Prof. Parkhurst está empenhado em iniciativas internacionais para investigar e promover uma melhor utilização dos dados para a tomada de decisões. A experiência internacional do Prof. Parkhurst, tanto em estudos aplicados como teóricos, pode alargar o âmbito do projeto de investigação em questão e o diálogo dos seus resultados com os que são trabalhados pela academia internacional.

7. MODALIDADE DA BOLSA

7.1 BOLSA

A bolsa será concedida na modalidade descrita abaixo:

Categoria/Modalidade	Valor em US\$/Mês
Especialista Sênior	2,400.00

7.1.1. O pagamento da bolsa poderá ocorrer no Brasil por meio de Ordem Bancária, com o valor convertido à taxa de câmbio do dia da emissão do pagamento ou depósito na conta bancária no exterior do bolsista, deduzidas as despesas bancárias com envio.

7.1.2. A bolsa poderá custear seguro saúde, destinado à cobertura de despesas médicas e hospitalares do bolsista, cabendo a ele efetuar a devida contratação.

8. CRONOGRAMA

EVENTOS	DATAS
Data limite para impugnação	13 de agosto de 2021
Implementação da bolsa	A partir de 1º de Setembro de 2021

9. DA IMPUGNAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O presente processo seletivo poderá ser impugnado no prazo previsto no cronograma, por pesquisador que atenda aos requisitos de candidatos, constantes no item 4 (quatro), do presente processo seletivo, apresentando o currículo. Caso haja deferimento, será aberta a chamada pública nos termos do art. 5º da Portaria 339 de 12/08/2010. A impugnação deverá ser dirigida ao IPEA por meio eletrônico, para o endereço: pnpd@ipea.gov.br.

10. DA IMPLEMENTAÇÃO DO APOIO

Após o prazo de impugnação, o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Formulário de Inscrição;
- b) Cópia do passaporte.

11. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A qualquer tempo, o presente processo seletivo poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral do IPEA, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isso implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

12. DOS ESCLARECIMENTOS E DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Os esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste processo seletivo poderão ser obtidos por intermédio do endereço eletrônico: pnpd@ipea.gov.br e telefone 55 (61) 2026-5219, referenciando-se ao número do processo seletivo.

13. CLÁUSULA DE RESERVA

O IPEA reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas no presente processo seletivo.

Brasília, 29 de julho de 2021

HERIVELTO PEREIRA ANDRADE

Coordenador Geral de Serviços Corporativos e Apoio a Pesquisa

ANEXO I CONCESSÃO DE BOLSA PESQUISA - TERMO DE REFERÊNCIA

1. TÍTULO DO PROJETO

“O que informa as políticas públicas federais: o uso e o não uso de evidências pela burocracia federal brasileira”.

2. PROPÓSITO DA PESQUISA

Este trabalho visa divulgar e aprofundar o debate proposto pelo livro em organização pelo Ipea, no escopo do projeto. O livro reúne contribuições de estudiosos nacionais e internacionais sobre *Os usos e não usos da evidência* nas políticas públicas brasileiras.

Tradicionalmente a política pública baseada na evidência (EBPP) é vista como uma abordagem, um movimento, ou mesmo um paradigma em políticas públicas, que "ajuda a tomada de decisão informada em políticas públicas, programas e projetos, colocando a melhor evidência de investigação disponível no centro do desenvolvimento e implementação de políticas públicas" (Davies, 2004, p. 03). É, portanto, uma forma de conceber e praticar políticas públicas, com base no princípio de que as evidências da investigação científica devem orientar as decisões das autoridades políticas - os chamados decisores políticos.

Apesar da aparente simplicidade da definição acima referida, a complexidade do assunto é grande. A literatura mostra diferenças marcantes nas formas como a PPBE é apropriada entre áreas políticas (saúde, macroeconomia, educação, justiça, etc.), grupos de países (EUA, Commonwealth Britânico, América Latina...), segmentos das burocracias públicas, e atores sociais (decisores políticos, analistas políticos, grupos de advocacia, públicos-alvo, etc.), apenas para citar alguns aspectos da análise. Acompanhando esta diversidade de abordagens, o próprio conceito de evidência não pode ser limitado a um único tipo, ou seja, a evidência fornecida pela investigação científica. Um dos tópicos em que a literatura parece convergir é a complexidade dos processos de tomada de decisão nas políticas públicas, implicando o facto de a evidência científica, embora importante para informar as decisões, não ser o único elemento a ser considerado nos contextos de tomada de decisão dos decisores políticos, contextos frequentemente marcados pela urgência e pelo cálculo político.

Muito pouco tem sido investigado, especialmente no Brasil, quanto as formas como a evidência científica interage com outros instrumentos informativos na diversidade de contextos de tomada de decisão de políticas públicas. O decisor brasileiro toma as suas decisões enquadradas num quadro contextual, que delimita um pano de fundo onde vários fatores de natureza epistemológica, política, histórica, cultural e institucional, entre outros, se entrecruzam. No entanto, ainda sabemos pouco sobre as características concretas que este enquadramento assume no nosso país, bem como sobre a definição desse enquadramento. Por conseguinte, a complexidade dos contextos decisórios na administração pública federal brasileira e o papel de evidência neles desempenhado foram escolhidos como o motivo condutor desta publicação.

Tendo em conta os objetivos do livro, esta obra permitirá estabelecer um diálogo com a literatura internacional mais recente e o trabalho empírico e teórico desenvolvido pelos autores do livro sobre o contexto brasileiro. Além disso, espera-se que esta obra provoque uma reflexão mais profunda sobre o tema no Brasil.

3. ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

A pesquisa envolverá as seguintes atividades:

- Produzir o prefácio do livro do projeto a partir dos resumos de todos os capítulos e uma amostra de 5 capítulos completos;
- Preparar uma palestra sobre tema relacionado ao campo de expertise do pesquisador e o escopo do livro;
- Participar de reuniões online sobre o planejamento das atividades, caso necessário.

4. RESULTADOS ESPERADOS

- Prefácio de cerca de 4 mil palavras referente ao projeto do livro;
- Apresentação de uma palestra magna em evento online do Ipea.